

CAÓ

Ex-secretário de Brizola, está em seu segundo mandato. Promete lutar contra o racismo e pela autonomia sindical



Carlos Alberto de Oliveira dos Santos - CAÓ (PDT-RJ), 45 anos, jornalista, negro, ex-secretário do Trabalho e Habitação do Governo Brizola, chega à Câmara com 27.943 votos. Baiano de nascimento, começou aos 15 anos a fazer política, elegendendo-se secretário da Associação de Bairros de Federação, bairro de Salvador. Já no Rio de Janeiro, foi vice-presidente da UNE, em 1962.

Casado, dois filhos, presidente do Sindicato dos Jornalistas por duas vezes, eleito pela primeira vez deputado federal em 82, ele preferiu não assumir o mandato para ocupar a Secretaria de Trabalho e Habitação, onde teve uma atuação voltada para as favelas, distribuindo, durante sua gestão, mais de 100 mil títulos de propriedade de lotes. É integrante da ala socialista do PDT.

CAÓ defende um mandato de quatro anos para o presidente da República e inclui-se entre os que postulam a convocação

de eleições diretas para a sucessão do presidente Sarney 90 ou 120 dias após a promulgação da nova Constituição.

Votará a favor da des-criminalização do aborto e tem uma proposta concreta para combater o racismo. Ele quer incluir no capítulo das garantias e direitos individuais um inciso considerando o racismo "crime contra o Estado democrático, como tal inafiançável e sujeito a reclusão".

Outro aspecto que o preocupa diz respeito à necessidade de se garantir na nova Carta ampla liberdade para as negociações sindicais. É defensor da autonomia dos sindicatos, por considerar autoritária a subordinação da estrutura sindical ao Estado. Como jornalista, CAÓ preocupa-se ainda com a democratização dos meios de comunicação, prometendo lutar contra os oligopólios das grandes redes de televisão. E desde já tem candidatos à Presidência da República: "Brizola, é claro".

Bernardo Cabral

Cassado em 68, agora retorna à Câmara. Presidiu a OAB e é candidato a relator da Comissão de Sistematização



José Bernardo Cabral (PMDB-AM), 54 anos, advogado, foi deputado federal pelo extinto PTB na legislatura de 1962. Reeleito, com a extinção dos partidos decretada pelo AI-2, ele filiou-se ao MDB, exercendo o mandato até 1968 quando foi cassado pelo AI-5. Radicou-se então no Rio de Janeiro, onde atuou com destaque na defesa de presos políticos, elegendendo-se presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, em 1981.

Casado, um filho, ele é um dos candidatos do PMDB ao cargo de relator da Comissão de Sistematização, a mais importante da Constituinte. Professor-assistente da Universidade de Paris e professor-coordenador da King's College, de Londres, Cabral é favorável à implantação do parlamentarismo, com mandato de cinco anos para o presidente da República, por considerar que esse sistema "tem a vantagem de evitar os grandes traumas que surgem com os golpes de estado, no

sistema presidencialista até previsíveis e recidivos". Além disso, acrescenta ele, "no presidencialismo os ministros são de confiança do Presidente, que às vezes, por questões de amizade, não os exonera. No parlamentarismo, eles são de confiança do Parlamento".

Em relação à questão da dívida externa, Cabral entende que deve-se "esgotar toda a possibilidade de negociação, porque na hora que se contrai um débito fica-se na obrigação de pagá-lo". Ele, porém, também acha necessário se promover uma auditoria para verificar se os juros que estão sendo pagos "espelham de fato a realidade da dívida". Confessa ser simpático ao voto distrital misto e posiciona-se contra a legalização do aborto por entender que "a expectativa de vida gera direitos a partir do sétimo dia de desenvolvimento do feto, conforme está estabelecido no nosso Código Civil", admitindo porém, ser esse um problema, além de jurídico e com conotação fortemente social.